



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2019.

Edição n. 2551

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de Contratos.....	2
Avisos de Licitações.....	3
Editais.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
---------------	---



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 052/2019

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- SANDRO ALVES GONÇALVES, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Segurança Institucional IV – CC-03, deste Órgão (Port. 0457/2019).

DESIGNAR

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor VALDENIR MUNIZ SEVERO, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n. 3399281, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Uruguaiana, duas vezes por semana, no período de 12 de fevereiro a 10 de maio de 2019 (Port. 0461/2019).

ADITAR

- a Portaria n. 0375/2019, que trata da Comissão para Recebimento de Bens de Licitações, para incluir o servidor FERNANDO KRUEL NOGUEIRA, Agente Administrativo, ID n. 3447901 (Port. 0462/2019).

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 12/02/2019, no cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, PEDRO HENRIQUE PRETTO REIS, tendo entrado em exercício em 12/02/2019.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 010/2019
PROCEDIMENTO N. 02405.000.011/2019
PREGÃO ELETRÔNICO N. 001/2019**

CONTRATADA: ELEVADORES ALCER LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, inclusive o atendimento de situações de emergência, com fornecimento de peças originais de reposição, no elevador instalado no prédio sede deste Ministério Público Estadual em Gravataí, situado na Rua Irmão Geraldo, n. 181; **VALOR MENSAL:** R\$ 483,30; **VIGÊNCIA:** 12 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais n. 8.666/93 e n. 10.520/02, Leis Estaduais n. 11.389/99, n. 13.191/09 e n. 13.706/11, Lei Complementar n. 123/06, Decreto Estadual n. 42.434/03 e Provimentos PGJ/RS n. 33 /08, n. 47/05 e n. 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.011/2019**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Luiz Eduardo Pereira da Silva e, como seu substituto, o servidor Otávio Gonçalves Röhrig.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE
COMPRA E VENDA N. 194/2018
PROCEDIMENTO N. 02405.000.256/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N. 119/2018**

CONTRATADA: DIGISENSOR SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., **OBJETO:** aquisição de recarga de gás inerte, Retrofít e adequações dos sistemas de extinção de incêndio da Central de Controle e do Data Center da sede institucional do Ministério Público do Rio Grande do Sul; **VALOR TOTAL:** R\$ 110.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5106; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n. 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.S 33/08 e 47/05, Lei Complementar n. 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.S 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ /RS n. 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.256/2018**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Fábio Generosi e, como seu substituto, o servidor Thiago Silva Oliveira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 4º ADITIVO AO CONTRATO
DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ N. 113/2015
PROCESSO N. 1807-09.00/15-1
PREGÃO ELETRÔNICO N. 41/2015**

CONTRATADA: SUPORTEC CONSULTORIA DE SISTEMAS E REPRESENTAÇÕES LTDA; **OBJETO:** alterar a dotação orçamentária disposta na cláusula décima primeira, para constar que as despesas correrão por conta da unidade orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.40, Rubrica 4006.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2551

APOSTILA PROCEDIMENTO N. 02405.000.229/2017

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar, com fulcro no § 8º do art. 65 da Lei Federal n. 8.666/93, o expediente de n. 01236.000.045/2017 para fazer constar que o valor mensal do Contrato de Prestação de Serviços – n. 183/2017, celebrado com a empresa SOFTWARE PROCESS CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA., que tem por objeto a prestação de consultoria em Tecnologia da Informação, necessário ao apoio na utilização da métrica de pontos de função, de até 200 (duzentas) horas, aplicando-se, conforme dispõe a cláusula quarta do ajuste, a variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 9,68%, passando a vigorar o valor de R\$ 2.119,92 (dois mil, cento e dezenove reais noventa e dois centavos).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços n. 02/2019 (PGEA n. 00677.000.549/2018) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Contratação de serviço de engenharia, com fornecimento de materiais, para execução de manutenção predial nas Promotorias de Justiça de Santa Maria, situadas na Alameda Montevideu, n. 253, em Santa Maria, RS, com regime de execução do tipo empreitada por preço unitário, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Preço Orçado:** R\$ 918.313,54. **Prazo:** 10 meses. **Data e horário de abertura:** 01/03/2019, às 9 horas. **Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital disponível na página:** <http://www.mprs.mp.br/licitacao/precos>. **Informações gerais:** e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei n. 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2019.

LUCIANO FERNANDES TEIXEIRA,

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 14/2019 (PGEA n. 00581.000.005/2019) **Tipo:** Menor preço. **Objeto:** Registro de Preços de papel toalha interfolhado, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 27/02/2019, às 13 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 27/02/2019, às 14 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2019.

MARLY DE BARROS MONTEIRO,

Pregoeira.

EDITAL N. 035/2019

Resultado do Edital n. 025/2019
REMOÇÃO DE OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
(DEMP 04/02/2019)

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00084/2019-6, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), o resultado da remoção referente ao Edital n. 025/2019.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N. 036/2019

Resultado do Edital n. 026/2019
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO
(DEMP 04/02/2019)

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00085/2019-3, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), o resultado da remoção referente ao Edital n. 026/2019.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N. 44/2019

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00716.000.011/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arroio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Maria Scholl Levien. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio Grande. OBJETO: Apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Arroio Grande, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal. INVESTIGADO(S): Município de Arroio Grande. LOCAL DO FATO: Arroio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01716.000.413/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arroio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2551

Maria Scholl Levien. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio Grande. OBJETO: Irregularidades no abastecimento de veículos da Secretaria Municipal de Saúde. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Arroio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00725.000.144/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Bom Jesus. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karine Camargo Teixeira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Bom Jesus. OBJETO: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa por Thalita Giacomitti Andrich. INVESTIGADO(S): Thalita Giacomitti Andrich. LOCAL DO FATO: Local não suficientemente esclarecido.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01724.000.284/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Bom Jesus. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karine Camargo Teixeira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Bom Jesus. OBJETO: Cópia do processo n. 083/3.13.0000292-3. INVESTIGADO(S): SOLON DUTRA RODRIGUES. LOCAL DO FATO: Bom Jesus

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01604.000.250/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Camile Balzano de Mattos. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã. OBJETO: RD.01604.00018/2018- Dom Feliciano. INVESTIGADO(S): Município de Dom Feliciano, Câmara de Vereadores de Dom Feliciano. LOCAL DO FATO: Dom Feliciano.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01750.000.219/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Francisco Saldanha Lauenstein. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito. OBJETO: apurar possível ato de improbidade administrativa consistente no recebimento de salário sem a devida contraprestação do serviço, já que há 04 dentistas contratados para 40h que atuam ou deveriam atuar no posto de saúde central, que conta com 02 consultórios odontológicos que funcionam 30h. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal de Saúde de Dom Pedrito. LOCAL DO FATO: Dom Pedrito.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01750.000.336/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Francisco Saldanha Lauenstein. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito. OBJETO: apurar o descontrole sobre a venda ou cessão pelos beneficiários para terceiros de imóveis cedidos para fins de moradia pelo Município de Dom Pedrito. INVESTIGADO(S): Município de Dom Pedrito. LOCAL DO FATO: Dom Pedrito.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01780.000.026/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Herval. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Maria Scholl Levien. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Herval. OBJETO: Memorando Circular CAO Cível

n. 01/2019. INVESTIGADO(S): Município de Herval. LOCAL DO FATO: Herval - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00794.00002/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Valério Cogo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. OBJETO: OBJETO: apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Ijuí, Coronel Barros, Nova Ramada e Bozano, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal. INVESTIGADOS: Poder Executivo do MUNICÍPIO DE IJUÍ, Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CORONEL BARROS, Poder Executivo do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA e Poder Executivo do MUNICÍPIO DE BOZANO. INVESTIGADOS(S): Município de Bozano, Município de Coronel Barros, Município de Ijuí e Município de Nova Ramada LOCAL DO FATO: Ijuí, Coronel Barros, Nova Ramada e Bozano.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01698.000.543/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguarão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Gonzalez Tavares. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão. OBJETO: Apuração de eventual ato de improbidade administrativa decorrente de malversação e desvio de recursos cometidos por servidores públicos municipais lotados na SecretAria da Fazenda do Município de Jaguarão.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Jaguarão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01786.000.284/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguari. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eder Fernando Kegler. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguari. OBJETO: Denúncia enviada pela internet - Prefeitura de NES. INVESTIGADO(S): Município de Nova Esperança do Sul, Aline Munari Quevedo. LOCAL DO FATO: Jaguari.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00806.000.032/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Marau. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fabricio Gustavo Allegretti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marau. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar as atividades da Fundação Cultural Alvorada de Comunicações - Marau/RS. INVESTIGADO: Fundação Cultural Alvorada de Comunicações. LOCAL DO FATO: Marau/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00806.000.033/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Marau. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fabricio Gustavo Allegretti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marau. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar as atividades da Fundação Assistencial e Cultural José Fuga.. INVESTIGADO(S): Fundação Assistencial e Cultural José Fuga. LOCAL DO FATO: Marau/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01610.000.294/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Abreu



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2551

Ferreira da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Denúncia de nepotismo no Município de Salvador do Sul, consistente na contratação de Stephano Forneck Mombach em cargo comissionado, sendo que esse é filho da Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Gledes Teresinha Forneck.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Montenegro

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01800.000.354/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Petrópolis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carla Pereira Rêgo Flôres Soares. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Petrópolis. OBJETO: Denúncia Anônima de possível desrespeito aos limites de área pública e omissão por parte do Município de Nova Petrópolis. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Nova Petrópolis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00820.00007/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiano Ledur. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. OBJETO: Apurar a atuação da CODEPAS em ramos de atividades diversos daqueles para os quais foi criada na Lei 2.115/84, com reiterados prejuízos, especialmente no transporte coletivo de passageiros. Reiteração de apontamentos pelo TCE. INVESTIGADOS(S): Codepas-Companhia de Desenvolvimento de Passo Fundo e Município de Passo Fundo LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00824.00014/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luís Fernando Copetti Leite. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. OBJETO: Apurar eventual dano ao erário e/ou suposta violação aos princípios da administração pública decorrentes da alegada adoção de diversas formas de cálculos em processos judiciais contra o Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Pelotas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.000.556/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Guilherme Giacomuzzi. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Apurar supostas irregularidades quanto à situação da transparência ativa dos Conselhos Municipais, como ausência de informações por transparência ativa e metodologia uniforme sobre informações sobre gestão de fundos e ausência de uniformidade ou informações Acompanhar a implementação de Plano de Ação por parte da Equipe de Articulação dos Conselhos Municipais de Porto Alegre, ligada ao Gabinete de Comunicação Social, com atualização dos sítios eletrônicos, constando as informações de cada Conselho Municipal, fins de oportunizar transparência e acesso real às informações dos Conselhos Municipais de Porto Alegre. INVESTIGADO(S): Secretaria de Transparência e Controladoria de Porto Alegre, Município de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01623.000.972/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Miriam Villamil Balestro Floriano. CLASSIFICAÇÃO: 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Apurar denúncia encaminhada pelo sócio administrador da empresa F.F. Maraskin Projeto, Construção e Incorporações LTDA, prestadora de serviço no Município de Porto Alegre junto ao DEP. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01623.000.895/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Miriam Villamil Balestro Floriano. CLASSIFICAÇÃO: 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Apurar possível malversação de recursos públicos pelo DAER/RS e pelos Municípios de Novo Hamburgo e de Campo Bom na construção da Ponte sobre o Arroio Pampa.. INVESTIGADO(S): Município de Novo Hamburgo, Município de Campo Bom, DAER/RS. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00850.000.012/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Quaraí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Eduardo Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Quaraí. OBJETO: Acompanhar a implementação e regulamentação da Lei Anticorrupção (n. 12.846/2013) no Município de Quaraí, conforme Memo Circular CAO Cível n. 01/2019. INVESTIGADO(S): Município de Quaraí. LOCAL DO FATO: Quaraí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00865.00002/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carlos Augusto Cardoso Moraes. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Apurar irregularidades nas compras de fármacos feitas pelo servidor público estadual da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde, Luiz Antônio Dal Forno Pedroso, com recursos públicos, oriundos de bloqueios judiciais de valores nas contas do Estado do Rio Grande do Sul; desvio do montante de R\$ 63.700,00 da esfera de administração estatal (decorrente da percepção de propinas ou simples desvio dos recursos públicos ou ambos), gerando danos ao erário público; e no direcionamento da compra dos medicamentos deflagrado na Operação Medico da Polícia Federal. INVESTIGADO(S): Luiz Antônio Dal Forno Pedroso. LOCAL DO FATO: Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01872.000.042/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: ausência de regulamentação por parte do Município de São Francisco de Paula da Lei Anticorrupção. INVESTIGADO(S): Município de São Francisco de Paula. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01872.000.043/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2551

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: ausência de regulamentação por parte do Município de Cambará do Sul da Lei Anticorrupção. INVESTIGADO(S): Município de Cambará do Sul. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01880.000.545/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eder Fernando Kegler. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Denúncia anônima de irregularidades no município de Quevedos. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Quevedos, RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01880.001.085/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eder Fernando Kegler. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Possíveis irregularidades no fornecimento de casas em programa social no Município de Dilermando de Aguiar.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Dilermando de Aguiar, RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01882.000.528/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí. OBJETO: improbidade administrativa no município de São Sebastião do Caí. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Caí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01882.000.840/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí. OBJETO: Irregularidade em concurso na cidade de Harmonia - cargo atendente de educação infantil já havendo outro concurso vigente. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Tupandi .

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01882.000.185/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí. OBJETO: Denúncia sobre irregularidades em Bom Princípio na área da saúde, tais como contratação irregular de médicos, salário acima da média e descumprimento de carga horária, bem como ausência de licitações. . INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Bom Princípio.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01882.000.552/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristine Zottmann. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí. OBJETO: Legitimidade nas eleições do CONSEPRO de São Sebastião

do Caí. INVESTIGADO(S): Conselho Pró Segurança Pública de São Sebastião do Caí. LOCAL DO FATO: São Sebastião do Caí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00910.000.003/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapes. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Soares Indrusiak. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapes. OBJETO: Investigar denúncia de contratação da empresa Sentinela Tur - Luiz Erny de Souza - ME, para o serviço de transporte escolar, sem licitação.. INVESTIGADO(S): Município de Sentinela do Sul, Sentinela Tur ME. LOCAL DO FATO: sentinela do sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01902.000.213/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Taquari. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Abreu Ferreira da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquari. OBJETO: Apurar a legalidade de ato administrativo editado pelo Município de Taquari que decretou calamidade pública e suspendeu seus serviços no dia 25/05/2018, em razão da greve dos caminhoneiros.. INVESTIGADO(S): Emanuel Hassen de Jesus. LOCAL DO FATO: Taquari.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01902.000.242/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Taquari. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Abreu Ferreira da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquari. OBJETO: Apurar suposta ocorrência de nepotismo no Município de Tabaí através da contratação de parentes do Senhor Prefeito Municipal por meio de empresas prestadoras de serviço terceirizado ao ente público. INVESTIGADO(S): arsenio pereira cardoso. LOCAL DO FATO: Taquari.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01593.000.514/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Verificar a situação da infraestrutura, recursos humanos e atendimentos das demandas administrativas sanitárias necessárias para o funcionamento institucional adequado à função de fiscalização sanitária. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Cidreira.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01593.000.376/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Denúncia Ref. Projeto de Lei 045/2018 sobre a regulação e o pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores municipais de Tramandaí. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Tramandaí, CÂMARA DE VEREADORES DE TRAMANDAÍ. LOCAL DO FATO: Tramandaí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01593.000.579/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Regularidade



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2551

do programa "Frentes de Trabalho" em relação à Daiane Pelentir. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Tramandaí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01593.000.513/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Of. n. 50/2018-VISA, 18ª CRS, ref. Município de Balneário Pinhal. Relatório de Supervisão de Vigilância Sanitária Municipal. Situação da infraestrutura, recursos humanos e atendimentos das demandas administrativas sanitárias necessárias para o funcionamento institucional adequado à função de fiscalização sanitária. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Balneário Pinhal.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01544.000.605/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Triunfo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Thomaz de La Rosa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo. OBJETO: Apurar possível favorecimento dos servidores municipais inativos Tiago Silva da Silva, Carmem Lúcia Ramos Alff e Protásio Cantarelli Vaz, ao receber indenização por licença-prêmio não gozada, enquanto tal benefício teria sido negado a outros servidores. INVESTIGADO(S): VALDAIR GABRIEL KUHN, Sergio Borges Selau. LOCAL DO FATO: Triunfo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2019.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,
Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.